

## **“LUGAR DE FALA”: UM CONCEITO ESTRATÉGICO**

Rui Alexandre Grácio

### **RESUMO**

No presente texto procedemos a uma tematização do conceito “lugar de fala”. Tomando como ponto de partida o livro de Djamila Ribeiro *O que é lugar de fala?*, propomos abordar este conceito como um conceito estratégico, potenciador de tensionalidades que questionam abordagens dogmáticas da universalidade e a procuram abrir a uma negociação retórico-argumentativa geradora de possibilidades de coexistência. Neste sentido, a nossa conceptualização de “lugar de fala” pretende oferecer uma abrangência que, por um lado, torne a sua utilização mais compreensível e pertinente e, por outro, evite que se caia em usos que acabam por a deturpar e desvirtuar.

**Palavras-chave:** Lugar de fala<sup>1</sup>; universalidade<sup>2</sup>; hegemonia<sup>3</sup>; argumentação<sup>4</sup>; hospitalidade dialógica<sup>5</sup>.

### **ABSTRACT:**

In the present text, we proceed to a thematic exploration of the concept of "lugar de fala" (speaking position). Taking Djamila Ribeiro's book *O que é lugar de fala?* as a starting point, we propose to approach this concept as a strategic concept, empowering tensions that question dogmatic approaches to universality and seek to open them to a rhetorical-argumentative negotiation generating possibilities of coexistence. In this sense, our conceptualization of "lugar de fala" aims to offer a comprehensiveness that, on the one hand, makes its use more understandable and pertinent, and on the other hand, avoids falling into uses that end up distorting and perverting it.

**Keywords:** Speaking position<sup>1</sup>; Universality<sup>2</sup>; Hegemony<sup>3</sup>; Argumentation<sup>4</sup>; Dialogical hospitality<sup>5</sup>.

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

**Contextualização e denominador comum**

Ao tematizar o conceito de “lugar de fala” no livro *O que é lugar de fala?*, Djamila Ribeiro (2017) elabora um triplo enquadramento de modo a proceder à sua explicitação. Adotando uma perspectiva feminista, menciona, em primeiro lugar, as lutas das mulheres negras no curso da história; em segundo lugar, referencia o contexto do colonialismo e do eurocentrismo; finalmente, refere-se à questão da luta contra os discursos hegemônicos.

Em qualquer destas linhas, o denominador comum é saber se, e como, é possível reconhecer o Outro na especificidade do legado estrutural das suas condições sócio-culturais, reconhecimento que passa por acordos (nomeadamente relativos a *locus* sociais próprios) e pelo estabelecimento de uma paridade dialógica que, justamente, permita a quem é excluído, oprimido e suprimido, ter lugar e voz no diálogo. Ou seja, trata-se de reconhecer o Outro como alguém que existe, pois, como escreve Djamila Ribeiro, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, p. 64). A fala surge aqui ligada a um reconhecimento existencial.

Com efeito, sabemos que, segundo Bourdieu (2008, p. 38),

a competência suficiente para produzir frases susceptíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases susceptíveis de serem escutadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar. Também neste caso, a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio.

Ora, este silenciamento traduz-se, em termos práticos, por uma invisibilidade que é preciso romper, uma vez que é considerada como injusta, opressora e negadora da humanidade. De facto, o tema da invisibilidade e da necessidade de tornar visível é central para a compreensão do conceito “lugar de fala” e está diretamente ligado às tentações dogmáticas dos

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

procedimentos de universalização, ou, como escreve Djamila Ribeiro, à “tentação de universalidade que exclui” (Ribeiro, 2017, p. 43).

**Discurso hegemônico e a categoria de “lugar” como espacial**

Com efeito, uma das características do discurso hegemônico é a de apresentar universais que essencializam, dicotomizando, hierarquizando e estabelecendo normas definidoras do que seja normal e natural. Mais: ao fazerem corresponder os universais a essências, esses discursos tendem a reger-se por uma ideia de unidade e de unicidade que, em termos sociais, conduzem a relações tirânicas, opressoras, marginalizadoras e silenciadoras do alternativo e do dissidente. Dito de outra maneira, a preponderância hegemônica ocorre com a tendência de instaurar uma normatividade modelar, tendencialmente de via única, a partir da qual se julgam modos de vida e se instituem relações de supremacia e de inferioridade, de visibilidade e de invisibilidade. Isso conduz a qualificações e a desqualificações com repercussões sociais que instauram discursos legítimos e discursos irrelevantes, abrindo espaço à supremacia de certas formações discursivas que tem no seu reverso o silenciamento de quem não joga de acordo com as regras do jogo do pensamento hegemônico vigente.

A tônica na dimensão espacial presente no conceito “lugar de fala” assinala o reivindicar do direito de criar os seus próprios modos de vida e de juízo a partir das vivências das comunidade locais, de experiências comunitariamente inscritas, da complexidade dos próprios modos de vida e suas tradições. Neste movimento ele remete para a recusa do paternalismo, de uma atitude paternal, eventualmente condescendente, mas que nem promove o respeito pela autonomia, nem pela autodeterminação. Neste sentido, evocar o conceito de “lugar de fala” significa não aceitar a atitude do mestre escola, submetendo-nos às suas lições, numa assimetria em que o poder da fala vai num único sentido. É por isso que a evocação do “lugar de fala” visa, antes de mais, uma exigência de ser ouvido e escutado. Esse é o primeiro passo para o estabelecimento de uma relação de simetria. Podemos dizer que se trata, antes de mais, de uma questão de ouvido. Assim, observa Djamila Ribeiro, “o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados” (Ribeiro, 2017, p. 78).

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

**“Lugar e fala” e situação de argumentação**

Aliás, é produtivo fazer uma breve comparação entre a questão da fala e da escuta com a questão das condições de uma situação de argumentação. Com efeito, ter “lugar de fala” não será dispor de condições para argumentar? Ter o poder de assinalar e clamar por perspectivas tantas vezes ignoradas e deliberadamente marginalizadas? Não nos parece infundado ligar o conceito “lugar de fala” às questões do poder da argumentação e, mais precisamente, às condições que devem ser consideradas para que se possa gerar uma situação de argumentação (cf. Grácio, 2016).

Assim, para ilustrarmos em termos de teoria da argumentação, dir-se-ia que o reconhecimento do “lugar de fala” não remeteria para a imagem clássica da argumentação como persuasão unidirecional (com o privilégio dado ao orador), mas para uma interação argumentativa em que se assume a diversidade de perspectivas possíveis acerca de um assunto em questão e em que a articulação entre discorrer e escutar são essenciais para se aceitar argumentar sobre qualquer assunto enquanto questão. Ora, este acesso à suspensividade do “em questão” é justamente uma abertura que permite visibilizar e destronar os preconceitos que julgam sumariamente numa posição de juiz de última instância.

Na argumentação, tal como no conceito “lugar de fala”, não se trata apenas de liberdade de expressão, mas da possibilidade de ser ouvido e escutado, de ser considerado e respeitado na sua perspectiva. Aliás, o perspectivismo está aqui nas antípodas das aspirações das universalizações totalitárias e das tentações de totalizações fechadas que conduzem a um estado de surdez incompatível com o diálogo.

**Que caminhos? As tensionalidades**

Que caminhos para combater este estado de exclusão e esta falta de paridade orquestrada por discursos hegemônicos que se arvoram em palavra última, verdadeira e legítima, que julgam para excluir e que colocam como necessária a negação do alternativo, do dissonante e do diferente?

Que a sociedade seja atravessada por um incontornável estado de conflitualidade e seja feita de jogos assimétricos de relações de poder, isso parece ser uma realidade que a utopia poderá até

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

aspirar a ultrapassar, mas que dificilmente parece concretizável na realidade da vida social e política.

No entanto, mesmo assumindo essa condição de permanente conflitualidade e assimetria, a questão persiste: de que modo é possível operar reconfigurações nas relações de forças dos poderes sociais instituídos? O conceito de “lugar de fala” tenta apontar para uma via — a via da tensionalidade — como caminho estratégico de transformação social e fratura com os discursos hegemônicos e seus pretensos universais.

Pensando com vários autores e autoras que associam o poder da nomeação a uma estratégia de visibilização (“se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (Ribeiro, 2017, p. 41)), Djamila Ribeiro escreve uma elucidativa passagem onde estão condensadas as principais virtudes estratégicas do conceito “lugar de fala”:

“Pensar lugares de fala para essas pensadoras seria desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contra discursos, posto que ser contra, ainda é ser contra a alguma coisa. Ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe. Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante.

Não há aqui a imposição de uma epistemologia de verdade, mas um chamado à reflexão.” (Ribeiro, 2017, pp. 89-90)

Uma vez mais, a importância do registo argumentativo está aqui presente, mais ainda se pensarmos que uma argumentação não começa propriamente com um discurso, mas com um contradiscurso. E não se pense que se trata apenas de um contradiscurso que replica. Mais do que isso, trata-se de ganhar esse lugar contradiscursivo, de o marcar como espaço legítimo, como posição de paridade que permite abrir o ouvido dos participantes de modo a passar de um diálogo de surdos para uma interlocução aberta à negociação das universalidades. Este ganho é antes de mais solidário de uma postura ética (cf. Ribeiro, 2017, p. 51).

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

Por outro lado, marcar um lugar de fala como via de acesso ao reconhecimento existencial que abre ao diálogo e à escuta não é uma tarefa fácil e que imediatamente dê resultados. Conseguir ser escutado implica a disponibilidade de correr riscos para quem escuta, nomeadamente, ter de alterar perspectivas arreigadas que se tomavam como únicas. Por isso se refere, na passagem anteriormente citada, em “criar fissuras e tensionamentos”, o que remete para um processo estratégico, de deslocamentos e reconfigurações graduais das relações de poder opressivas, subalternizadoras e silenciadoras. E, à medida que essas reconfigurações e insurgências se vão dando e, com elas, se vai alargando o espaço de reflexão e de consideração de outras realidades, poderá então surgir o plano propositivo baseado em condições não negadas que abrem para a diversidade e levam ao esboroar dos recalcamientos e exclusões operantes nos discursos hegemónicos. Por isso, escreve Djamila Ribeiro, “ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal” (Ribeiro, 2017, p. 61).

### **Equívocos sobre o conceito**

Visto o conceito “lugar de fala” neste enquadramento, não é difícil perceber os múltiplos equívocos que a sua apropriação superficial tem gerado e que importa esclarecer.

Em primeiro lugar, “lugar de fala” não remete para um plano meramente individual. Se ele pode ser reclamado em termos individuais, como tantas vezes é plasmado na expressão “o meu lugar de fala”, o facto é que este “meu” só tem sentido se não remeter exclusivamente para experiências de vida tomadas na sua personalidade vivencial. Convocar o “lugar de fala” é assumir desde logo a identificação com uma comunidade ou um grupo social que reúne características específicas no que diz respeito à dinâmica estrutural dos poderes sociais. Esse “lugar de fala” tanto pode ser de um grupo que se reconhece privilegiado, como de um grupo que se reconhece marginalizado e subalternizado. É aliás por essa razão que “todos têm lugar de fala”; isso, é claro, desde que possa haver acesso à consciência de que há fatores de pertença e de identidade que favorecem certos grupos e desfavorecem outros. Se este acesso é propiciado, para os que não têm privilégios, pela condição de sofrimento vivido nos regimes de exclusão, subalternidade e invisibilidade social, nem por isso os que detêm privilégios estão impedidos, por essa razão, de se reconhecerem como pertencentes a um grupo que usufrui de condições de vida mais favoráveis apenas pelas suas próprias características. Assim, e para dar

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

um exemplo que encontramos no texto de Djamila Ribeiro, as pessoas brancas nem têm de se ver fora do contexto do racismo, nem têm de ignorar os privilégios que, em determinados contextos e de um ponto de vista histórico, estão associados à branquitude. Como anteriormente se disse, “lugar de fala” remete para um eu grupal que olha para as dinâmicas sociais em termos das assimetrias estruturais que se querem transformar.

Neste sentido, um segundo equívoco, grosseiro e contraditório, é tomar o lugar de fala como uma forma de silenciar o outro e, quiçá, tornar a comunicação unilateral, reproduzindo assim uma obrigação de escuta que permanece no registo de um lance impositivo, aliás não longínquo das características do discurso hegemónico ao qual se pretenderia eventualmente contrapor. Não nos parece que este tipo de apropriação do conceito “lugar de fala” seja minimamente produtivo, pois não mantém em aberto a possibilidade de uma troca de argumentos e de uma negociação retórica das distâncias e das diferenças, assemelhando-se antes à urgência de um grito que precisa de romper o sufoco e elevar o tom de voz para além das condições da hospitalidade dialógica. O problema é que, na transposição desta linha, a agressividade, que nos parece legítima como estratégia de tensionalidade, degenera em violência e regressa a um binarismo que, a nosso ver, é justamente aquilo que se quer ultrapassar no reconhecimento da pluralidade de vozes e na necessidade de atentar nas conjunturas históricas e na interseccionalidade das condições que fazem recair, sob grupos minoritários, ou sob pontos de vista negados, iniquidades reais com as quais o sentido de justiça, de igualdade, de fraternidade e de humanidade não podem compactuar.

Em suma, consideramos que o “lugar de fala” é um conceito estratégico cuja produtividade consiste na capacidade de gerar tensionalidades que, fazendo estremecer a solidez murada dos discursos hegemónicos, permite imaginar (e talvez progredir nesse sentido) como seriam as relações sociais num mundo em que o apreço pela integridade humana fosse mais forte que o apelo da dominação.

**“Lugar de fala” e epistemologias: para concluir**

É aliás importante não esquecer que este fascínio pela dominação está inscrito na matriz da epistemologia ocidental que desde cedo idealizou o conhecimento como uma via do Homem se tornar senhor e dono da natureza, tornado-se capaz de a explorar a seu favor. Esta vocação cedo

**Universidade Federal do Pará**  
**4º Congresso RIEC - Corpos, Artes e Culturas entre margens e fronteiras**

se estendeu a estratégias de controlo sobre toda a realidade, incluindo a dominação dos humanos.

A supremacia epistemológica, pautada por uma hegemonia que distingue entre os desenvolvidos e os atrasados ou não desenvolvidos, legitimou práticas coloniais e imperialistas incapazes de lidar com a diversidade das condições e das culturas: o extermínio, o apagamento, a subalternização, o silenciamento, a desqualificação, a exploração, a opressão, a nadificação — tudo em torno de uma suposta missão civilizadora ou sob o lema do progresso — foi a atitude que, durante séculos, pautou a arrogância epistemológica na sua pretensa universalidade.

Ora, o conceito “lugar de fala” é também um operador que visa fazer vacilar essa universalidade que sufoca e desloca o paradigma da dominação rumo a um paradigma de coexistência na pluralidade e, logo, pautado pelo reconhecimento do valor de epistemologias não hegemónicas. A evocação do “lugar de fala” é, justamente, uma forma de marcar lugares negados, de assinalar a resistência de culturas destruídas e, sobretudo, uma forma de alargar horizontes monolitizados por relações cegas pela apetência de dominação. Nela ressoa a ideia de que não se trata de dominar, mas de coexistir, pois o Outro não é um objeto mas grupos de pessoas que devemos integrar no diálogo e na negociação pelo passo primeiro, e inclusivo, de saber escutar e considerar. Em suma, o lugar de fala clama pela abertura de um lugar de escuta e a negligência do papel da escuta na comunicação é um dos défices sociais que mais contribui para exclusões, silenciamentos e invisibilidades.

## **REFERÊNCIAS**

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.
- DJAMILA, R. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.
- Grácio, R. **A argumentação na interação**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.